

Senhores Acionistas,

A Administração da MLog S.A. (“MLog” ou “Companhia”), em conjunto com suas subsidiárias diretas ou indiretas Morro do Pilar (Projeto de Minério de Ferro), Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba (Projeto Distrito Industrial e Porto Múltiplo em Linhares), Asgaard Navegação (Companhia de Navegação de Apoio Marítimo) e CNA – Companhia de Navegação da Amazônia (Companhia de Navegação Fluvial), em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores o Relatório de Desempenho e as Informações Financeiras Consolidadas da Companhia, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, todos referentes ao trimestre encerrado em 31 de março de 2020. Todos os valores mencionados neste relatório, referentes às Demonstrações Financeiras da Companhia, são apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. Mensagem da Administração

O ano de 2020 marca o início de mais um ciclo da MLog. Em sua primeira fase, a Companhia esteve totalmente focada no desenvolvimento de seu maior ativo, o Projeto de mineração de minério de ferro em grande escala denominado Morro do Pilar (“Projeto MOPI”), encerrada com o fim do ciclo de alta das commodities em 2015. Neste contexto teve início a segunda fase da MLog, com a fusão da Manabi e seu Projeto MOPI com a Asgaard, uma companhia de navegação de apoio à indústria offshore de óleo e gás, à época também em fase pre-operacional e cujo setor passava, assim como a indústria de mineração, por grave crise global causada pela queda do preço do petróleo.

De 2016 a 2019, o negócio de navegação offshore não só tornou-se operacional, com a finalização da construção e início da operação da embarcação OSRV (Oil Spill Recovery Vessel) Asgaard Sophia, como abriu uma nova frente com a aquisição da Companhia de Navegação da Amazônia (“CNA”), maior transportadora fluvial de óleo e derivados na região Norte do Brasil. A CNA trouxe para o grupo: (i) receita adicional; (ii) créditos de AFRMM (Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante) e (iii) uma redução do risco (beta) do grupo pela diversificação entre Asgaard e CNA.

Neste período, a CNA se consolidou como líder de mercado, enquanto a Asgaard se solidificou como a melhor operadora brasileira de navegação de apoio à indústria de óleo e gás de acordo com o PEOTRAM - Programa de Excelência Operacional em Transporte Aéreo e Marítimo da Petrobras. Dentre mais de 50 companhias avaliadas anualmente, a Asgaard foi eleita a número 1 do PEOTRAM em cada um dos últimos 4 anos. Apesar da excelência operacional, à Asgaard ainda era necessária uma escala mínima operacional, que estimávamos em 2 a 4 embarcações adicionais.

Após diversas negociações e conforme Fato Relevante divulgado em 19 de fevereiro de 2020, a MLog celebrou, juntamente com Asgaard e CNA, compromisso vinculante com a Bourbon Offshore Marítima S.A. (“BOM”) e sua controladora envolvendo: (i) o aumento da frota atual da Asgaard pela aquisição de 3 (três) embarcações AHTS brasileiras de propriedade da BOM (Geonísio Barroso, Haroldo Ramos e Yvan Barreto) e (ii) uma parceria para operação de embarcações de apoio marítimo brasileiras

e estrangeiras do grupo Bourbon e do grupo MLog no Brasil, parceria esta que se inicia já operando uma embarcação estrangeira adicional da BOM no país (Bourbon Cormorant). A completa implementação desta operação contém passos já concluídos e determinados passos que estão sujeitos a aprovações de terceiros.

Além de atingirmos uma escala mínima operacional e de criarmos uma parceria com uma das maiores e melhores operadoras de embarcações de apoio marítimo no mundo, esta operação possibilita a utilização de créditos do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”) existentes e futuros gerados pela CNA.

No segmento de mineração, de 2018 a 2019, a Companhia contava com duas principais frentes de atuação. Uma, a produção de minério de ferro em pequena escala através da Marsil, companhia adquirida em abril de 2018 em operação em que a Bociuiva passou a integrar o bloco de controle indireto da MLog e, na outra, o desenvolvimento do maior ativo da Companhia, o Projeto Morro do Pilar, com produção de minério de alta qualidade e em grande escala.

Durante o tempo em que esteve sob controle da MLog, a Marsil, companhia que passava por severo estresse financeiro e operacional quando adquirida, foi negativamente impactada pela não finalização do processo de adequação da situação financeira da companhia pela Bociuiva, conforme contratado na aquisição.

A persistência deste cenário levou a Administração da Companhia a uma atuação mais enfática contra a Bociuiva, que culminou na rescisão do contrato de aquisição da Marsil pela MLog, conforme Fato Relevante publicado em 17 de julho de 2019. Também como efeito da rescisão, a Bociuiva deixou de integrar o quadro acionário indireto da MLog.

No mesmo período de 2016 a 2019, o Projeto MOPI sofreu sua principal alteração estratégica. Inicialmente pensado como um modelo integrado mina-mineroduto-porto, o Projeto MOPI passou a considerar a produção própria de minério de ferro e alternativas logísticas via parcerias, se aproveitado da disponibilidade atual da infra-estrutura brasileira, que conta com pelo menos cinco grandes portos com capacidade ociosa para carregamento de minério no raio de alcance logístico de nossa mina.

Esta nova estratégia do Projeto MOPI, aliada às fortes altas ocorridas no preço do minério de ferro desde então, foram fundamentais para os avanços ocorridos, sendo o mais importante deles a retomada as atividades de Licenciamento Ambiental do projeto. No terceiro trimestre de 2019, após a execução de estudos e atividades relacionadas ao cumprimento das condicionantes da Licença Prévia (“LP”) do Projeto, a MLog protocolou requerimento da Licença de Instalação (“LI”) do Projeto MOPI.

Pelos fatos acima, acreditamos que 2020 marca o início de uma nova fase operacional para a MLog.

Com a navegação operando já com escala mínima e com uma parceria que aumentará as chances de crescimento futuro, a *holding* atuará de maneira mais estratégica na atividade, com foco especial em novos negócios (fusões e aquisições e também em projetos comerciais estratégicos) e na alocação de capital da atividade.

Na mineração, após o protocolo do requerimento da LI, iniciamos a remontagem do time executivo do Projeto MOPI, que focará seus esforços nos avanços técnicos do projeto e, principalmente, na estruturação de novas parcerias comerciais, logísticas e na captação de recursos específicos para o desenvolvimento e implantação do Projeto.

Os desafios da Companhia, porém, ainda são muitos. Com a maior parte de seus ativos em estágio pre-operacional, especialmente os relacionados ao Projeto Morro do Pilar, a MLog encerrou o primeiro trimestre de 2020 com volume consolidado de ativo circulante menor do que o de passivo circulante.

Esta circunstância está relacionada principalmente aos valores a pagar pela aquisição da CNA (Obrigações na Aquisição de Investimentos). A capacidade da Companhia em combinar o reescalonamento deste passivo, o levantamento de capital adicional ou de executar seu plano de negócios, com foco na geração de caixa de suas atividades de navegação (incluindo a anunciada operação com a BOM) e a conversão de AFRMM em caixa livre são importantes para que suas atividades operacionais e pré-operacionais não sejam comprometidas.

COVID-19

A Administração da MLog e suas subsidiárias, seguindo orientação da CVM em OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020, analisou os potenciais riscos da pandemia COVID-19 em seus negócios.

Desde a semana de 17 de março de 2020, a MLog implanta medidas operacionais de redução do risco de contaminação pelo COVID-19 de seus colaboradores, dentre as quais: utilização de trabalho à distância (home office), suspensão de reuniões presenciais que possam ser realizadas virtualmente, comunicação de medidas preventivas de contaminação, questionários de risco e atuação conjunta com seus médicos do trabalho, laboratórios de teste em caso de necessidade e plano de saúde.

Embora seja difícil a realização de previsão de impactos na Companhia de situação tão complexa, com cenários de exceção e, até certo ponto, exógenos às decisões da Administração, já que o COVID-19, mais que um risco individual da Companhia, é um problema social, a Administração elenca abaixo o que acredita serem os principais riscos associados à esta crise, por linha de negócio:

Navegação

O negócio de navegação da MLog é composto pela navegação de apoio à indústria de petróleo offshore, com a Asgaard, e serviços logísticos à indústria de petróleo, com a CNA.

A Asgaard opera hoje com contratos firmes e de prazos mais longos, de pelo menos 1 ano, com a Petrobras, com demanda e preço contratuais garantidos.

Dentre os principais possíveis riscos associados às operações da Asgaard, incluindo BOM, estão:

- Interrupção dos serviços pela Petrobras por motivos de Força-Maior;

- Interrupção temporária da capacidade de prestação de serviços pela Asgaard por eventos de Força-Maior como quarentena sanitária, falta de pessoal técnico devidamente qualificado e autorizado e de materiais essenciais à prestação de serviços, como óleo combustível, rancho para os tripulantes e peças para manutenção da embarcação;

- Aumento dos riscos operacionais causados por problemas de comunicação, controle e gestão, todos potencialmente impactados pela atuação regulatória do poder público.

A CNA opera no transporte de petróleo cru e derivados com carteira diversificada de clientes, rotas e produtos na região Norte do Brasil. Seus principais clientes são Raízen e Petrobras e suas principais rotas são Coari-Manaus e Manaus-Porto Velho, onde são transportados petróleo cru, diesel, gasolina e outros derivados.

Dentre os principais possíveis riscos associados à CNA, estão:

- Redução da demanda por serviços de transporte de óleos e derivados em sua região de atuação, que impactariam negativamente o volume transportado, a receita líquida e o resultado operacional da companhia;

- Interrupção temporária da capacidade de prestação de serviços pela CNA por eventos de Força-Maior como quarentena sanitária, falta de pessoal técnico devidamente qualificado e autorizado e de materiais essenciais à prestação de serviços, como óleo combustível, rancho para os tripulantes e peças para manutenção da embarcação;

- Aumento dos riscos operacionais causados por problemas de comunicação, controle e gestão, todos potencialmente impactados pela atuação regulatória do poder público.

Conforme Nota Explicativa 24 sobre seguros, ambas Asgaard e CNA possuem contratos de seguro que incluem proteções em casos extremos, mas alguns cenários citados acima podem estar fora destas coberturas, com seus impactos sendo mais severos aos resultados da atividade de Navegação da MLog.

Mineração

O negócio de mineração da MLog, cujo principal ativo é o Projeto Morro do Pilar, encontra-se em estágio pré-operacional. Com isto, os riscos operacionais gerados pelo COVID-19 e associados ao ativo são limitados. Conforme mencionado nas Informações e Demonstrações Financeiras anteriores, a Companhia realiza esforço de captação de recursos para implantação do Projeto e a manutenção do cenário de volatilidade e queda dos preços dos ativos pode impactar o valor de seu ativo e a linha do tempo de implantação do Projeto Morro do Pilar.

A Administração da MLog entende que até o momento, não é necessário nenhum ajuste em suas Demonstrações Financeiras em função do COVID-19 e suas consequências, mas está acompanhando a evolução da pandemia, tanto em nível global quanto local, e comunicará a seus

acionistas os Fatos Relevantes que possam ser desencadeados pela situação conforme surjam novos acontecimentos.

2. Desempenho Operacional

Demonstraremos a seguir os principais indicadores operacionais de nossas subsidiárias para o último ano.

i. Navegação Offshore

Em 6 de janeiro de 2020, a Companhia celebrou compromisso vinculante com a BOM e sua controladora envolvendo: (i) o aumento da frota atual da Asgaard pela aquisição de 3 (três) embarcações AHTS brasileiras de propriedade da BOM, (ii) a utilização de créditos do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”) e (iii) uma parceria para operação de embarcações de apoio marítimo brasileiras e estrangeiras do grupo Bourbon e do grupo MLog no Brasil.

A completa implementação desta operação contém passos já concluídos, como a aquisição da participação de 20% na BOM pela CNA, o uso e a conversão em caixa de AFRMM, o direto ao fluxo de caixa livre e a obrigação de pagamento de parcelas da dívida com o BNDES destas 3 embarcações AHTS pela MLog.

Determinados passos que estão sujeitos à aprovações de terceiros, especialmente a assunção pela MLog da dívida destas embarcações junto ao BNDES, em processo de discussão e análise pelo banco, e a autorização da Petrobras para transferência dos contratos operacionais da BOM para Asgaard.

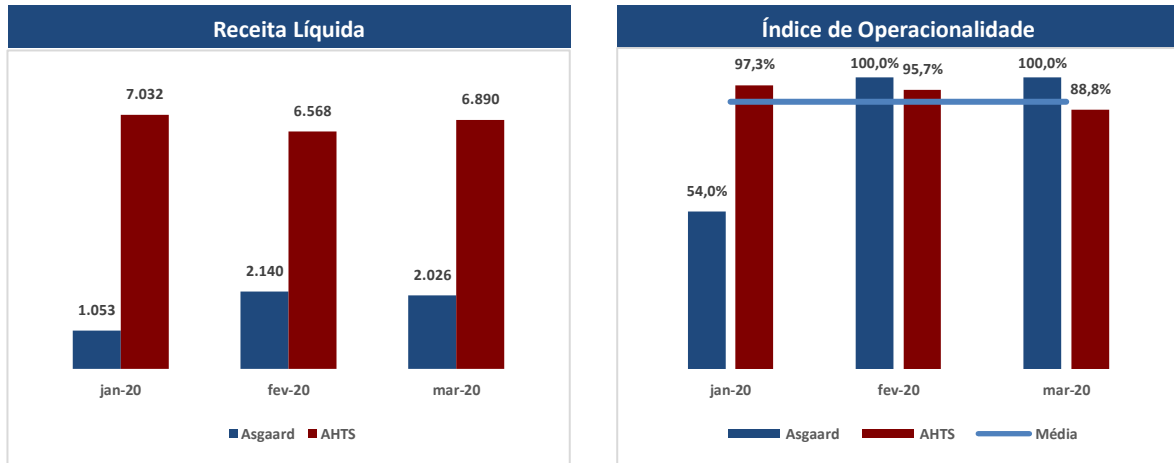
Os contratos assinados preveem cenário alternativo caso estas aprovações não ocorram até maio de 2021, de forma que neste cenário a operação permaneceria válida, mesmo que de forma parcial.

Embora estas aprovações dependam de terceiros e o cenário de pandemia tenha influenciado a velocidade de tramitação destes processos, a Administração vem realizando esforços para que estes passos sejam vencidos o quanto antes, possivelmente no exercício de 2020.

Em 2019, a Asgaard foi eleita pela 4ª vez seguida a melhor companhia dentre as mais de 50 avaliadas, segundo o PEOTRAM da Petrobras.

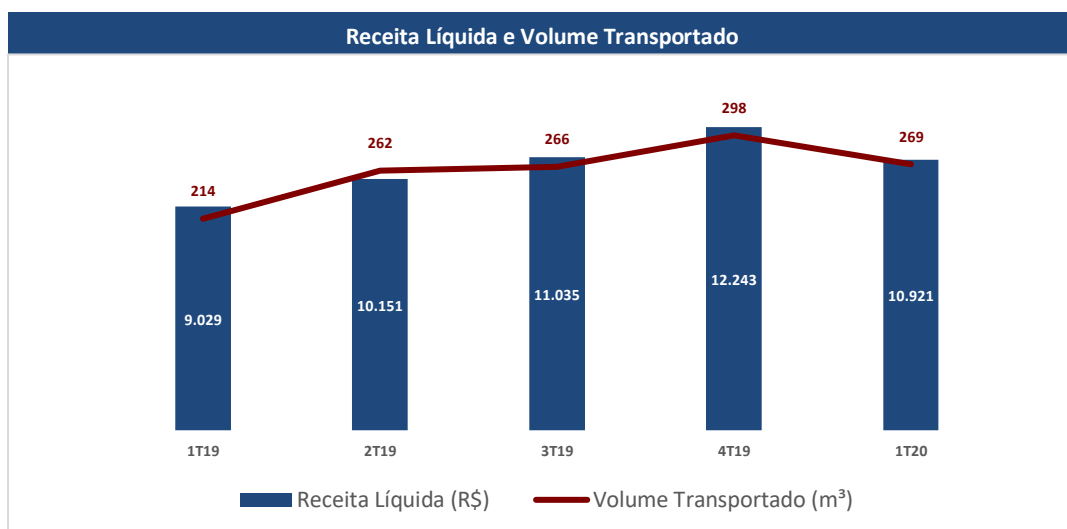
No primeiro trimestre de 2020, o índice de operacionalidade do Asgaard Sophia ficou abaixo dos trimestres anteriores e do esperado por um evento de manutenção corretiva não programado, prejudicando a receita líquida e o resultado do trimestre.

Apresentamos abaixo a Receita Líquida e operacionalidades mensais do Asgaard Sophia e dos 3 AHTSs da BOM (não auditada) que fazem parte da operação descrita acima, mas ainda não são consolidados pela MLog:



ii. Navegação de Cabotagem e Interior

A CNA segue operando seus ativos em níveis próximos ao limite de sua frota atual dadas as condições regionais atuais, tanto climáticas quanto de infra-estrutura de armazenagem. A CNA estuda a construção de novas embarcações para sustentar seu crescimento orgânico, já que qualquer crescimento significativo de receita futura dependerá de aumento da capacidade instalada.



Parte importante do resultado da CNA é o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”), regulado principalmente pela lei 10.893 de 2004. O AFRMM é um tributo federal incidente sobre o frete marítimo que tem como objetivo o apoio ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras, e constitui fonte básica do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

As alíquotas do AFRMM variam de acordo com o tipo de produto, transporte e região de origem ou destino. Na atividade de transporte fluvial de granéis líquidos na região Norte, a alíquota incidente de AFRMM é de 40% sobre o preço do frete. O adicional de frete gerado pelos serviços prestados pela CNA é posteriormente creditado em uma conta vinculada da empresa junto ao Banco do Brasil e pode ser usado pela CNA, por suas coligadas ou por sua controladora, principalmente para:

- a. aquisição de embarcações novas, para uso próprio, construídas em estaleiros brasileiros;
- b. para intervenção (jumborização, conversão, modernização, docagem ou reparação) de embarcação própria em estaleiro brasileiro;
- c. para o pagamento de prestação de principal e encargos de financiamento concedido com recursos do FMM.

A contabilização do AFRMM segue as regras do CPC 07 (IAS 20). Quando o serviço de frete é finalizado, o valor a receber de AFRMM é reconhecido simultaneamente no ativo de longo prazo e no passivo não circulante, como receita diferida, não impactando, no momento inicial, o resultado da CNA. Em um prazo médio de aproximadamente 30 meses, este crédito do AFRMM é depositado na conta vinculada da CNA junto ao Banco do Brasil. Neste momento o AFRMM passa a estar disponível para uso conforme o permitido.

Quando o AFRMM é utilizado, o passivo não circulante que foi contrapartida de seu lançamento e a receita passam a ser afetados como segue:

Se a companhia utiliza R\$100 para a compra de uma embarcação que será depreciada em 20 anos, seu balanço passará a indicar no imobilizado o valor inicial de R\$100 e o passivo continuará apresentando valor também de R\$100 como receita diferida de AFRMM.

Depois do primeiro ano de uso da embarcação, o ativo imobilizado indicará R\$95 (R\$100 – R\$5 de depreciação). O passivo será também reduzido no mesmo montante da depreciação, passando a marcar R\$95. Em contrapartida à esta redução do passivo, será lançado no resultado o valor de R\$5 de em Receita Líquida.

Ou seja, embora o efeito caixa da utilização do AFRMM ocorra em aproximadamente 30 meses e sua utilização não gere um passivo financeiro para a companhia, o lançamento dos valores deste benefício econômico aos acionistas se dá, contabilmente, ao longo da vida útil do ativo.

iii. MOPI - Morro do Pilar

Como decorrência do acidente ocorrido com a barragem da Vale S.A. em Brumadinho em janeiro de 2019, a regulação do setor de mineração sofreu alterações importantes, todas elas no sentido de aumentar a segurança operacional. As consequências para a indústria da mineração, especialmente no estado de Minas Gerais, serão sentidas ao longo dos próximos anos e provavelmente significarão redução da produção de minério de ferro em certas minas e/ou regiões produtoras, com a queda de volumes de produção possivelmente sendo compensada por novos projetos em regiões menos densas e em reservas com características naturais que favoreçam o menor uso de barragem e/ou o uso de estruturas mais seguras.

O Projeto MOPI está localizado em uma das zonas menos densamente populadas da região ferrífera de Minas Gerais e as características naturais do rejeito de nosso processo produtivo favorecem a adoção de soluções tecnológicas mais seguras a custos competitivos. Por estes fatores, entendemos que as alterações regulatórias, embora signifiquem maior investimento em estudos, são positivas para o Projeto MOPI.

Em 2019, após executarmos os estudos e atividades relacionadas ao cumprimento das condicionantes da LP do Projeto, protocolamos o pedido de Licença de Instalação (“LI”) do Projeto Morro do Pilar.

Em paralelo aos esforços de licenciamento do Projeto, iniciamos a remontagem do time executivo do Projeto MOPI, que focará seus esforços nos avanços técnicos e, principalmente, na estruturação de novas parcerias comerciais, logísticas e na captação de recursos específicos para o desenvolvimento e implantação do Projeto.

iv. CDNC

A Companhia segue analisando as oportunidades e possibilidades de desenvolvimento de projeto em seu terreno de Linhares.

3. Informações Financeiras Consolidadas

Resultado do exercício

A Companhia apresentou prejuízo consolidado de R\$6.448 no primeiro trimestre de 2020. Este resultado está impactado pelas receitas e despesas financeiras decorrentes principalmente da dívida com a aquisição da CNA, pelas depreciações, pelo CPC 07 (regras de contabilização do AFRMM) e pelos gastos gerais e administrativos, incluindo os corporativos da holding e pré-operacionais relacionados ao Projeto MOPI.

A atividade de Navegação inclui as operações das investidas CNA e Asgaard, enquanto a Mineração é composta pelo Projeto MOPI.

DRE	Navegação	Mineração	Consolidado
Receita Líquida	15.913	0	15.913
EBITDA	2.770	-4.920	-2.150
(+) Novo AFRMM Gerado	4.156	0	4.156
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	-3.473	0	-3.473
(+/-) Não Recorrente	0	0	0
EBITDA Ajustado	3.453	-4.920	-1.467
Depreciação/Amortização	-3.011	-81	-3.092
Receitas Financeiras	72	3.083	3.155
Despesas Financeiras	-777	-1.111	-1.888
AVP + Despesas Financeiras Aquisição CNA	-2.322		-2.322
(+) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	3.473	0	3.473
(+/-) Não Recorrente	0	0	0
Impostos	-151	0	-151
Resultado Líquido	-3.419	-3.029	-6.448

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia encerrou o primeiro trimestre de 2020 com posição consolidada em caixa de R\$15.755. O aumento da posição de caixa está relacionado à operação com a BOM.

Ativo e Passivo circulantes

Com a maior parte de seus ativos em estágio pré-operacional, especialmente os relacionados ao Projeto Morro do Pilar, a MLog encerrou o primeiro trimestre de 2020 com volume consolidado de ativo circulante menor do que o de passivo circulante.

Esta circunstância está relacionada principalmente aos valores a pagar pela aquisição da CNA (Obrigações na Aquisição de Investimentos). A capacidade da Companhia em combinar o reescalonamento deste passivo, o levantamento de capital adicional ou de executar seu plano de negócios, com foco na geração de caixa de suas atividades de navegação (incluindo a anunciada operação com a BOM) e a conversão de AFRMM em caixa livre são importantes para que suas atividades operacionais e pré-operacionais não sejam comprometidas.

Empréstimos Bancários

A Companhia encerrou o primeiro trimestre de 2020 com endividamento bancário de R\$10.465, com a maior parte dele de curto prazo.

Compromissos assumidos com a Operação da BOM

Com os passos já concluídos da operação Aquisição de Participação na Bourbon Offshore Marítima ("BOM"), a Companhia assumiu junto à BOM o compromisso de pagamento de parcelas vincendas da dívida da BOM com o BNDES referente às embarcações AHTS, cujo valor em 31 de março de 2020 era de R\$38.551 (Dívida BNDES AHTS BOM). Este compromisso assumido e o uso do AFRMM da CNA pela BOM também geraram nesta data para a Companhia o ativo de R\$62.361 referente a Direito Sobre Embarcações AHTS BOM, além de outros pagamentos e recebimentos em caixa.

4. Responsabilidade Socioambiental

Como forma de reforçar o compromisso da Companhia com as melhores práticas socioambientais, a MLog aderiu, voluntariamente, ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU). Entre os princípios norteadores desse compromisso contam-se o respeito aos direitos humanos no trabalho, o respeito ao meio-ambiente, a integridade e o combate à corrupção.

5. Mercado de Capitais e Governança Corporativa

A MLog é uma companhia aberta, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). No primeiro trimestre de 2017, o registro de listagem de ações da Companhia na BM&FBovespa não foi renovado.

O Conselho de Administração da Companhia, eleito na Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 30 de abril de 2019, é composto atualmente por três membros, todos com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária, sendo permitida a reeleição. São atuais membros deste Conselho: Luiz Claudio Souza Alves, Presidente do Conselho de Administração, Alvaro Piquet e Otavio Paiva.

No dia 07 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Companhia elegeu a Diretoria para um mandato a encerrar após a realização da próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia. A atual Diretoria é composta por, Elias David Nigri (Diretor Presidente Interino), Luiz Claudio Souza Alves (Diretor Presidente Adjunto), Julia Souza de Paiva (Diretora Administrativa-Financeira), Sabrina Juhasz (Diretora Jurídica) e Gustavo Barbeito de Vasconcellos Lantimant Lacerda (Diretor de Planejamento e de Relações com Investidores).

6. Cláusula Compromissória

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho de Administração obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da CVM, nos regulamentos da BM&FBovespa, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.

7. Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381 de 2003, a Companhia informa que a KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa para a Companhia relacionados ao exame de suas demonstrações financeiras.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 2020.

A Administração

MLog S.A.

**Informações Trimestrais – ITR
em 31 de março de 2020**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações do fluxo de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às informações trimestrais condensadas	12



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
MLOG S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da MLOG S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente*). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, segundo critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Thiago Ferreira Nunes
Contador CRC RJ-112066/O-0

MLog S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	16	18	15.755	1.581
Depósitos de AFRMM em conta vinculada	5	-	-	19.619	69.278
Contas a receber de clientes	6	-	-	4.878	6.515
Adiantamentos a fornecedores		337	100	1.994	226
AFRMM para liberação		-	-	4.760	-
Estoques		-	-	432	428
Mútuos com partes relacionadas	12	-	250	-	1.093
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	198	1.573	1.226	3.483
Outros impostos a recuperar	7	-	-	730	5.919
Despesas antecipadas		61	103	435	695
Outros créditos		24	20	2.422	1.657
Total do ativo circulante		636	2.064	52.251	90.875
Não circulante					
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	8	556	545	-	-
Depósitos judiciais		-	-	2.908	3.280
AFRMM para liberação	5	-	-	8.426	9.126
Mútuos com partes relacionadas	12	56.857	53.529	57.720	53.529
Bloqueios judiciais		296	296	296	296
Outros impostos a recuperar	7	-	-	4.945	-
Direitos na Transação Negocial	14	-	-	5.038	11.215
Investimentos	8	163.875	165.859	62.361	-
Imobilizado	9	1.578	1.632	194.659	197.706
Intangível	10	739.269	738.501	805.086	804.291
Total do ativo não circulante		962.431	960.362	1.141.439	1.079.443
Total do ativo		963.067	962.426	1.193.690	1.170.318

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais condensadas.

MLog S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Circulante					
Fornecedores	13	150	289	5.291	6.952
Empréstimos bancários	22	-	-	7.590	9.209
Obrigações com coligadas	8	-	-	33.165	-
Salários e encargos sociais		421	1.619	4.259	3.971
Imposto de renda e contribuição social a recolher		96	996	274	1.507
Outros impostos a recolher		388	23	2.404	2.038
Mútuos com partes relacionadas	12	-	51.446	-	-
Adiantamentos de clientes		-	-	1.238	1.238
Provisões	17	3.317	1.991	4.959	3.633
Obrigações na aquisição de investimentos	14	84.094	77.998	84.094	77.998
Outras contas a pagar	16	3.557	5.761	5.243	8.516
Total do passivo circulante		92.023	140.123	148.517	115.062
Não circulante					
Empréstimo bancários	22	-	-	2.875	3.734
Obrigações com coligadas	8	-	-	5.386	-
Mútuos com partes relacionadas	12	58.209	-	-	-
Provisão para passivo a descoberto	8	1.643	1.643	-	-
Tributos diferidos		-	-	213	297
Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM	5	-	-	208.761	208.789
Obrigações na aquisição de investimentos	14	26.383	30.157	26.383	30.157
Provisões	17	6.753	5.999	17.510	21.786
Outros passivos não circulante		-	-	5.983	5.983
Total do passivo não circulante		92.988	37.799	267.111	270.746
Patrimônio líquido					
	18				
Capital social		1.161.678	1.161.678	1.161.678	1.161.678
Reserva para pagamento baseado em ações		25.308	25.308	25.308	25.308
Prejuízos acumulados		(408.930)	(402.482)	(408.930)	(402.482)
Atribuível à participação dos acionistas controladores		778.056	784.504	778.056	784.504
Participação de acionistas não controladores		-	-	6	6
Total do patrimônio líquido		778.056	784.504	778.062	784.510
Total do passivo e patrimônio líquido		963.067	962.426	1.193.690	1.170.318

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais condensadas.

MLog S.A.

Demonstrações dos resultados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto pelo prejuízo por ação que está expresso em reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2020	2019	2020	2019
Receita líquida de prestação de serviços	19	-	-	15.913	17.563
Custos dos serviços prestados	19	-	-	(16.189)	(18.021)
Resultado bruto		-	-	(276)	(458)
Despesas operacionais					
Com pessoal	24	(1.451)	(1.405)	(4.521)	(4.599)
Serviços prestados		(581)	(431)	(756)	(691)
Gerais e administrativas		(173)	(234)	(865)	(1.127)
Depreciação e amortização		(81)	(125)	(102)	(180)
Tributárias		(503)	(19)	(630)	(118)
Outras receitas (despesas) operacionais					
Equivalência patrimonial de sociedades controladas	8	(1.984)	(1.731)	-	-
Subvenção de AFRMM	5	-	-	3.473	2.303
Outras receitas (despesas) operacionais	25	(1.327)	(88)	(1.565)	1.153
		<u>(6.100)</u>	<u>(4.033)</u>	<u>(4.966)</u>	<u>(3.259)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(6.100)	(4.033)	(5.242)	(3.717)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	20	3.083	39	3.155	75
Despesas financeiras	21	(3.431)	(4.073)	(4.210)	(4.427)
		<u>(348)</u>	<u>(4.034)</u>	<u>(1.055)</u>	<u>(4.352)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(6.448)	(8.067)	(6.297)	(8.069)
Imposto de renda e contribuição social	11				
Correntes		-	-	(234)	(84)
Diferidos		-	-	83	86
Prejuízo do período		<u>(6.448)</u>	<u>(8.067)</u>	<u>(6.448)</u>	<u>(8.067)</u>
Prejuízo por ação (básico e diluído)	19	(2,22)	(2,78)		

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais condensadas.

MLog S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo do período	(6.448)	(8.067)	(6.448)	(8.067)
Resultado abrangente do período	<u>(6.448)</u>	<u>(8.067)</u>	<u>(6.448)</u>	<u>(8.067)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais condensadas.

MLog S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social				Reserva para pagamento baseado em ações	Prejuízos acumulados	Participações de acionistas não controladores	Total
	Subscrito	A integralizar	Reserva de capital	(-) Custo na captação de recursos				
Em 31 de dezembro de 2018	1.276.193	(85.262)	7.211	(36.464)	25.308	(372.952)	6	814.040
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(8.067)	-	(8.067)
Em 31 de março de 2019	<u>1.276.193</u>	<u>(85.262)</u>	<u>7.211</u>	<u>(36.464)</u>	<u>25.308</u>	<u>(381.019)</u>	<u>6</u>	<u>805.973</u>
Em 31 de dezembro de 2019	1.276.193	(85.262)	7.211	(36.464)	25.308	(402.482)	6	784.510
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(6.448)	-	(6.448)
Em 31 de março de 2020	<u>1.276.193</u>	<u>(85.262)</u>	<u>7.211</u>	<u>(36.464)</u>	<u>25.308</u>	<u>(408.930)</u>	<u>6</u>	<u>778.062</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais condensadas.

MLog S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do período	(6.448)	(8.067)	(6.448)	(8.067)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	81	125	3.092	3.003
Baixa de ativo imobilizado	-	-	-	48
Receita de subvenção de AFRMM	-	-	(3.473)	(2.303)
Juros passivos	3.076	3.744	3.403	3.744
Juros ativos	(3.072)	-	(3.072)	-
Varição cambial não realizada	-	-	102	6
Resultado de equivalência patrimonial	1.984	1.731	-	-
Rendimento da conta vinculada do AFRMM	-	-	-	37
Tributos e contribuições diferidos	-	-	(83)	(84)
Variações nos ativos e passivos				
Imposto de renda, contribuições e outros impostos a recuperar	1.375	435	2.501	1.822
Estoques	-	-	(4)	562
Despesas antecipadas	42	38	260	(1.317)
Outros ativos	(4)	(232)	(766)	(503)
Contas a receber de clientes	-	-	1.637	(1.643)
Bloqueios judiciais	-	-	-	(19)
Adiantamentos a fornecedores	(237)	(33)	(1.768)	47
Recebimento de subsídio de AFRMM	-	-	49.416	-
Fornecedores	(132)	(64)	(1.787)	(499)
Salários e encargos sociais	(1.198)	(10)	288	1.335
Imposto de renda, contribuições e outros impostos a recolher	(533)	(25)	(865)	(1.239)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	140	100	(26)	(27)
Juros de empréstimos bancários pagos	-	-	(369)	-
Adiantamentos de clientes	-	-	-	(9)
Outras contas a pagar	1	-	(1.068)	1.269
Provisões	1.326	88	2.472	88
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das (utilizados nas) atividades operacionais	(3.599)	(2.170)	43.442	(3.749)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	(11)	(213)	-	-
Investimentos em coligadas	-	-	(16.650)	-
Mútuos com partes relacionadas - concedidos	(902)	(6.911)	-	-
Aquisições de imobilizado	(22)	-	(36)	(144)
Adições ao intangível	(2.987)	(2.909)	(2.987)	(2.909)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(3.922)	(10.033)	(19.673)	(3.053)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de empréstimos bancários	-	-	(4.545)	(562)
Obrigações com coligadas	-	-	(7.160)	-
Empréstimos bancários	-	-	2.110	-
Amortização da dívida na aquisição de investimentos	-	(652)	-	(652)
Mútuos com partes relacionadas - recebidos	7.519	13.979	-	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das (utilizados nas) atividades de financiamentos	7.519	13.327	(9.595)	(1.214)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(2)	1.124	14.174	(8.016)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	18	2.061	1.581	11.289
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	16	3.185	15.755	3.273

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais condensadas.

MLog

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas operacionais				
Vendas de serviços	-	-	18.764	20.171
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos serviços vendidos	-	-	(10.791)	(10.918)
Despesas gerais e administrativas	(2.036)	(745)	(2.978)	(1.498)
Outras receitas				
Subvenção de AFRMM	-	-	3.473	2.303
Depreciação e amortização	(81)	(125)	(102)	(180)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado financeiro líquido	(348)	(4.034)	(1.055)	(4.352)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.984)	(1.731)	-	-
Valor adicionado a distribuir	(4.449)	(6.635)	7.311	5.526
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	21	21	4.197	5.284
Honorários da administração	1.107	1.046	1.227	1.250
Benefícios	106	113	2.483	2.331
FGTS	2	2	407	451
	1.236	1.182	8.314	9.316
Tributárias				
Federais	699	228	4.063	3.190
Estaduais	-	-	1.016	909
Municipais	7	2	129	34
Remuneração de capital de terceiros				
Aluguéis	57	20	237	144
Prejuízo do período atribuível	(6.448)	(8.067)	(6.448)	(8.067)
	(4.449)	(6.635)	7.311	5.526

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais condensadas.

Notas explicativas as informações trimestrais condensadas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A MLog S.A. (“Companhia”) detém o controle integral das sociedades Morro do Pilar Minerais S.A.(“MOPI”), Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba (“CDNC”), Dutovias do Brasil S.A.(“Dutovias”), Asgaard Navegação S.A.(“Asgaard”). A MLOG possui também participação indireta na Companhia de Navegação da Amazônia - CNA (“CNA”) por meio de sua controlada Asgaard.

A subsidiária CDNC não é operacional, sendo proprietária de um terreno no município de Linhares, no Espírito Santo. As subsidiárias MOPI e Dutovias, atuam nos segmentos de mineração. As subsidiárias Asgaard e CNA atuam no segmento navegação por meio de afretamento e operação de embarcações de apoio marítimo para a indústria de óleo e gás, caso da Asgaard, enquanto a CNA atua no transporte fluvial de granel líquido (petróleo cru, seus derivados e biocombustíveis).

Em 17/04/2017 a Asgaard celebrou contrato com a Petrobras de quatro anos, renováveis por igual período, para operação da embarcação Asgaard Sophia, que vinha operando para o mesmo cliente desde março de 2016 por meio de um contrato de curto prazo.

Quanto ao Projeto de extração de minério de ferro denominado “Morro do Pilar”, a Companhia efetuou os estudos e cumpriu as condicionantes da Licença Prévia (“LP”) necessárias para o protocolo da Licença de Instalação (“LI”), tendo oficializado o pedido da LI junto aos órgãos governamentais no terceiro trimestre de 2019, conforme Nota Explicativa n.16.

Combinação de negócios - aquisição da Marsil

Em abril de 2018, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas de emissão da Marsil que era controlada pelo Grupo Bocaiuva.

Na aquisição da Marsil, o Grupo Bocaiuva assumiu contratualmente perante a MLog a responsabilidade não só pelo pagamento da totalidade dos empréstimos bancários da adquirida, mas também por outros passivos de naturezas diversas existentes na Marsil até a data de sua aquisição.

O preço de aquisição reconhecido a valor justo, incluindo parcela de contraprestação contingente, foi de R\$ 50.000 pagos à vista. Este valor foi desdobrado, em linha com a legislação vigente e pronunciamentos contábeis, da seguinte forma:

R\$ 3.803: Valor de patrimônio líquido contábil na data da aquisição;

R\$ 8.033: Mais valia decorrente do valor justo dos ativos líquidos da investida (avaliados conforme previsto no CPC 15 - Combinação de Negócios);

R\$38.164: Intangível referente aos Direitos Minerários pertencentes à Companhia (avaliados conforme previsto no CPC 15 - Combinação de Negócios).

No Instrumento Particular de Cessão e Transferência Definitiva de Quotas Societárias celebrado entre MLog e Bocaiuva, a Bocaiuva se responsabilizou pela totalidade das dívidas da Marsil, bem como de todas e quaisquer contingências, contabilizadas ou não, cujo fato gerador seja anterior à data da aquisição.

Em 19/06/2019 em função de descumprimentos contratuais da Bocaiuva, a MLog apresentou um requerimento de instituição de arbitragem contra a Bocaiuva perante a Câmara de Arbitragem do Mercado com o objetivo de obter a declaração de resolução do Contrato de Aquisição da Marsil.

Em 16/07/2019, a administração da Companhia celebrou com a Bocaiuva o Instrumento Particular de Rescisão, onde distrata as obrigações assumidas no contrato de Aquisição da Marsil. Nesse instrumento cede a totalidade das quotas da Marsil à Bocaiuva pelo valor de R\$ 50.000. Com esta Rescisão, a Companhia deixou de consolidar a Marsil e, conseqüentemente, os saldos relacionados a Combinação de negócios - aquisição da Marsil, foram integralmente baixados o que inclui os valores de Direitos na transação negocial e Empréstimos bancários. O impacto no resultado do terceiro trimestre e do exercício findo em 31/12/2019 foi um ganho de R\$ 816, registrado na conta outras receitas operacionais.

O Instrumento Particular de Rescisão inclui ainda, dentre outras cláusulas, (i) assunção da obrigação de pagamento à MLog de R\$ 50.000 da Bocaiuva pela acionista Maverick Holding S.A. (“Maverick Holding”) e (ii) a saída do Grupo Bocaiuva do quadro acionário e do bloco de controle indireto da MLog.

Após a conclusão da operação, a Maverick Holding solicitou à Companhia que convocasse Assembléia Geral Extraordinária para aprovar a possibilidade de substituição do compromisso de crédito assumido no valor de R\$ 50.000, corrigido por juros remuneratórios equivalentes a IGPM acrescido de 12% ao ano, pelo compromisso de pagamento, pela Maverick Holding à Companhia, de montante correspondente a 11,39% do valor líquido a ser recebido pela Companhia em uma eventual venda, total ou parcial, do Projeto Morro do Pilar.

Esta Assembléia foi suspensa a pedido de um acionista minoritário detentor de mais de 5% das ações da MLog. A Administração aguarda a evolução das discussões acerca do tema para tomar as necessárias providências para execução do referido crédito e/ou sua conversão em instrumento alternativo, caso assim determine eventual Assembléia da Companhia.

2 Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

2.1 Base de Preparação

As informações intermediárias foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes das obrigações conforme os prazos divulgados nas Nota explicativa nº 8 e 14.

A Companhia apresenta nessas informações financeiras trimestrais prejuízos acumulados de R\$ 408.930 (R\$ 402.482 em 31 de dezembro de 2019).

A Administração entende que a recuperação dos valores registrados no ativo não circulante, depende da capacidade de execução de seu plano de negócios de longo prazo para as atividades de mineração e navegação.

Adicionalmente, a atividade de Mineração tem parcela significativa de seus ativos ainda em estágio pré-operacional (Projeto Morro do Pilar), que demandam significativos investimentos até o início de sua operação.

Com a maior parte de seus ativos em estágio pre-operacional, especialmente os relacionados ao Projeto Morro do Pilar, a Companhia encerrou o primeiro trimestre de 2020 com volume consolidado de ativo circulante menor do que o de passivo circulante. Esta situação está relacionada principalmente aos valores a pagar pela aquisição da CNA (Obrigações na Aquisição de Investimentos). A capacidade da Companhia em combinar o reescalonamento deste passivo, em negociação, o levantamento de capital adicional ou de executar seu plano de negócios, com foco na geração de caixa de suas atividades de navegação (incluindo a anunciada operação com a BOM) e a conversão de AFRMM em caixa livre são importantes para que suas atividades operacionais e pré-operacionais não sejam comprometidas.

A administração reconhece que uma certa incerteza permanece sobre a capacidade da Companhia para cumprir com às suas obrigações à medida que vencem. No entanto, conforme descrito acima, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que a incerteza remanescente não é material.

Declaração de conformidade com as normas do CPC

Informações intermediárias individuais

As informações trimestrais individuais da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com Pronunciamento técnico – CPC 21 R1 – Demonstrações Intermediárias em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Informações intermediárias consolidadas

As informações trimestrais consolidadas da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com IAS 34 – *Interim Financial Reporting* (Pronunciamento técnico – CPC 21 R1 – Demonstrações Intermediárias) de acordo com os *International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB)* e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Impactos COVID19

Durante as operações do primeiro trimestre de 2020, os resultados ocorreram dentro das expectativas da Administração, não havendo impactos adversos diretamente relacionados à pandemia que requeiram ajustes ou divulgações nessas informações trimestrais.

Desde março de 2020 a Companhia adotou uma série de medidas visando a redução de risco operacional e segurança de seus funcionários, como:

- Quarentenas e testagem de funcionários operacionais
- Aplicação do Home Office para as atividades administrativas e operacionais (onde possível);
- Cancelamento de viagens não essenciais;

À medida que os efeitos da pandemia afetam as regiões onde ocorrem as operações da Companhia,

esta pode enfrentar dificuldades operacionais relacionadas à força de trabalho e pode precisar adotar medidas de contingência ou eventualmente suspender as operações.

A Companhia identificou os principais eventos econômicos aos quais estaria exposta e que poderiam impactar as informações trimestrais do período. O resumo destes eventos é apresentado a seguir:

- ✓ Redução do valor recuperável (“impairment”). A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o impairment de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças nas circunstâncias que indicariam uma perda por impairment. Como a pandemia ainda está avançando, o impacto financeiro resultante da COVID-19 nas unidades geradoras de caixa da Companhia (“UGC”), se houver, não pode ser estimado com segurança no momento. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação do modelo de fluxo de caixa, permanecem inalteradas para a avaliação do indicativo de impairment. Até o momento a Companhia não identificou qualquer perda recorrente relevante de receita em seus negócios em função direta ou indireta da COVID-19, com impactos limitados a aumento de certos custos e despesas por medidas de prevenção ao COVID-19, que acreditamos serem temporárias, embora com horizonte difícil de prever.
- ✓ Liquidez – No primeiro trimestre de 2020 a Companhia aumentou sua posição de caixa, principalmente pela liberação de recursos da conta vinculada do AFRMM ocorrida na Operação Bourbon
- ✓ Valor justo de outros ativos e passivos – No momento atual, os efeitos da pandemia não causaram impactos significativos no valor justo dos ativos e passivos da Companhia.
- ✓ A matriz de provisões utilizada para reconhecimento de perdas de crédito esperadas foi revisada, levando em consideração os efeitos prospectivos de aumento no risco de inadimplência de nossos clientes. Não foram identificados efeitos relevantes;
- ✓ A Companhia vem mantendo negociações junto aos seus fornecedores, visando adequar os preços dos contratos de equipamentos e serviços a conjuntura atual. Estas negociações, quando encerradas, poderão trazer impactos nos contratos com fornecedores. Até a presente data, não houve o registro de efeitos relevantes nas informações trimestrais;

Os efeitos da pandemia continuam incertos, impossibilitando prever o impacto final que poderia ter na economia e, por sua vez, nos negócios, na liquidez e na posição financeira da Companhia, o que significa que o valor justo dos ativos e passivos pode se alterar nos períodos subsequentes.

3 Práticas contábeis

As informações trimestrais estão apresentadas com base nas práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3 das demonstrações financeiras auditadas de 31 de dezembro de 2019, acrescidas dos pronunciamentos que entraram em vigor em 01/01/2020.

Em 01/01/2020 as seguintes novas normas e alterações de norma entraram em vigência:

- Alterações à IFRS 3 - Definição de negócios;
- Alterações à IAS 1 e IAS 8 - Definição de material;
- Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS.

A adoção dessas novas normas e alterações não resultou em impactos significativos nas informações trimestrais de 31 de março de 2020 e períodos comparativos.

Em linha com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 a Companhia não teve um impacto significativo no seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido ao aplicar as exigências de classificação e mensuração da IFRS 16/ CPC 06 (R2) e de outros normativos que entraram em vigor em 2019.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores informados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Caixa	12	9	15.074	1.019
Equivalentes de caixa	4	9	681	562
	16	18	15.755	1.581

A administração da Companhia define como “Caixa e equivalentes de caixa” os valores mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

O saldo em 31/03/2020 de equivalentes de caixa, refere-se em sua maioria a recursos disponíveis mantidos em caixa ou crédito contra instituições financeiras.

5 Adicional ao Frete para renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”)

O quadro abaixo apresenta no período de três meses findo em 31/03/2020 a movimentação das rubricas relacionadas a AFRMM no balanço consolidado.

Contas do Ativo		Conta do passivo
Circulante	Não circulante	Não circulante
Depósitos de		Subvenções
AFRMM em conta	AFRMM para	governamentais a
vinculada	liberação	apropriar - AFRMM ¹

	69.278	9.126	208.789
Saldo em 31/12/2019			
AFRMM gerado	-	4.060	4.060
Devolução Bloqueio Judicial	372	-	-
Rendimentos da conta vinculada	96	-	96
AFRMM utilizado por Coligada	(47.240)	-	-
Recebimento referente a Controladora	(711)	-	(711)
Jumborização capitalizada (2)	(468)	-	-
Ressarcimento Reparos	(1.185)	-	(1.185)
Comissão BNDES e imposto de renda	(523)	-	-
Reconhecimento no resultado	-	-	(2.288)
Saldo em 31/03/2020	19.619	13.186	208.761

- (1) Apesar da existência deste valor no passivo de longo prazo, a utilização do AFRMM dentro de sua finalidade legal não acarreta passivo financeiro ou obrigação de qualquer efeito para a Companhia, que pode a qualquer momento deixar de operar o referido ativo e/ou efetuar a venda do mesmo.
- (2) Aumentar o tamanho do navio no sentido do comprimento, modernização de embarcações, compreendendo a conversão e adaptação.

O quadro abaixo apresenta no período de três meses findo em 31/03/2019 a movimentação das rubricas relacionadas a AFRMM no balanço consolidado.

	<u>Contas do Ativo</u>		<u>Conta do passivo</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
	<u>Depósitos de AFRMM em conta vinculada</u>	<u>AFRMM para liberação</u>	<u>Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM ¹</u>
Saldo em 31/12/2018	13.689	24.052	20.608
AFRMM gerado	-	-	3.136
Depósitos em conta vinculada	35.025	(35.062)	-
Rendimentos da conta vinculada	124	-	124
Reconhecimento no resultado	-	-	(2.303)
Transferência de longo para curto prazo	-	16.204	(16.204)
Saldo em 31/03/2019	48.838	5.194	7.540

6 Contas a receber de clientes

Em 31 de março de 2020/, os valores de R\$ 2.773 e R\$ 2.105 (em 31/12/2019 R\$ 4.500 e R\$ 2.015) referem-se aos negócios regulares das subsidiárias CNA e Asgaard respectivamente.

	31/03/2020	31/12/2019
Contas a receber de clientes	5.004	6.652
Provisão para perdas esperadas	(126)	(137)
	4.878	6.515

Os valores de contas a receber de clientes, em 31 de março de 2019, têm o seguinte prazo de

recebimento:

	31/03/2020	31/12/2019
Valores a vencer	3.799	4.280
Valores vencidos:		
Até 30 dias	944	2.028
De 31 a 90 dias	97	171
De 91 a 180 dias	38	36
De 181 a 360 dias	-	11
Acima de 360 dias	126	126
	5.004	6.652

A provisão contempla 100% dos valores que estão ajuizados referentes a clientes antigos quando a Companhia não adotava política de apenas negociar com clientes que possuam capacidade de crédito e garantias suficientes como meio de mitigar o risco financeiro

7 Imposto de renda, contribuições e outros impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Circulante				
Retidos na fonte				
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	198	1.573	198	1.573
Imposto de renda sobre serviços prestados	-	-	303	983
CSLL sobre serviços prestados	-	-	106	164
Créditos				
IRPJ e CSLL a recuperar	-	-	619	763
	198	1.573	1.226	3.483

Outros impostos a recuperar

	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Circulante		
Retidos na fonte		
PIS e COFINS sobre serviços prestados	505	418
INSS sobre serviços prestados	98	98
Pedido de restituição		
PIS e COFINS	-	3.518
Créditos		
PIS e COFINS sobre insumos	-	1.435
PIS e COFINS sobre aquisições de embarcações	102	285
Outros	25	165
	730	5.919
Não circulante		
Pedido de restituição		
PIS e COFINS	3.512	-
Créditos		
PIS e COFINS sobre insumos	1.433	-
	4.945	-

8 Investimentos em controladas e coligada

A movimentação dos investimentos no período na controladora foi da seguinte forma:

Investimentos	Participação	31/12/2019	Equivalência patrimonial	31/03/2020
Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	100%	21.125	-	21.125
Morro do Pilar Minerais S.A.	100%	7.948	(2)	7.946
Asgaard Navegação S.A.	100%	136.786	(1.982)	134.804
Saldo do investimento		165.859	(1.984)	163.875
Dutovias do Brasil S.A.	100%	(1.643)	-	(1.643)
Saldo da provisão para passivo a descoberto ¹		(1.643)	-	(1.643)
		164.216	(1.984)	162.232

(1) O reconhecimento deste passivo deve-se ao fato da Companhia ser solidária às dívidas das suas controladas.

A movimentação dos adiantamentos para futuros aumentos de capital no período está demonstrada abaixo:

	Morro do Pilar Minerais S.A.	Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	Dutovias do Brasil S.A.	Total
Saldos em 31/12/2019 *	527	17	1	545
Recursos remetidos	8	3	-	11
Saldos em 31/03/2020 *	535	20	1	556

(*) A capitalização desses saldos ocorre anualmente, quando da realização das Assembleias Gerais Ordinárias das subsidiárias..

Para fins de comparação, principalmente para o item de equivalência patrimonial, apresentamos abaixo a movimentação dos investimentos no mesmo período do ano de 2019.

Investimentos	Participação	31/12/2018	Equivalência patrimonial	31/03/2019
Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	100%	21.124	-	21.124
Morro do Pilar Minerais S.A.	100%	7.311	(216)	7.095
Asgaard Navegação S.A.	100%	139.973	(512)	139.461
Mineração Marsil Eireli	100%	48.347	(1.003)	47.344
Saldo do investimento		216.755	(1.731)	215.024
Dutovias do Brasil S.A.	100%	(1.648)	-	(1.648)
Saldo da provisão para passivo a descoberto (1)		(1.648)	-	(1.648)
		215.107	(1.731)	213.376

(1) O reconhecimento deste passivo deve-se ao fato da Companhia ser solidária às dívidas das suas controladas.

A movimentação dos adiantamentos para futuros aumentos de capital no período está demonstrada abaixo:

	Morro do Pilar Minerais S.A.	Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	Dutovias do Brasil S.A	Mineração Marsil Eireli	Total
Saldos em 31/12/2018	1.101	21	5	818	1.945
Recursos remetidos	213	-	-	-	213
Saldos em 31/03/2019	1.314	21	5	818	2.158

Aquisição de Participação na Bourbon Offshore Marítima S.A. (Coligada) (“Operação Bourbon”)

Em 6 de janeiro de 2020, a MLog S.A. celebrou, juntamente com suas afiliadas Asgaard e CNA, compromisso vinculante com a Bourbon Offshore Marítima S.A. (“BOM”) e sua controladora envolvendo: (i) o aumento da frota atual da Asgaard pela aquisição de 3 (três) embarcações AHTS brasileiras de propriedade da BOM, (ii) a utilização de créditos do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”) e (iii) uma parceria para operação de embarcações de apoio marítimo brasileiras e estrangeiras do grupo Bourbon e do grupo MLog no Brasil.

A completa implementação desta operação contém passos já concluídos, como a aquisição da participação de 20% na BOM pela CNA, o uso e a conversão em caixa de AFRMM, o direto ao fluxo de caixa livre e a obrigação de pagamento de parcelas da dívida com o BNDES destas 3 embarcações AHTS pela MLog. O saldo da participação societária somado ao valor justo da parcela da embarcação já adquirida totaliza R\$62.361 registrado em Investimento e um total de R\$38.551 registrado em Obrigações com coligadas.

Determinados passos que estão sujeitos à aprovações de terceiros, especialmente a assunção pela MLog da dívida destas embarcações junto ao BNDES, que totalizava aproximadamente US\$20 milhões em 6 de janeiro de 2020, em processo de discussão e análise pelo banco, e a autorização da Petrobras para transferência dos contratos operacionais da BOM para Asgaard.

Os contratos assinados preveem cenário alternativo caso estas aprovações não ocorram até maio de 2021, de forma que neste cenário a operação permaneceria válida, mesmo que de forma parcial.

Embora estas aprovações dependam de terceiros e o cenário de pandemia tenha influenciado a velocidade de tramitação destes processos, a Administração vem realizando esforços para que estes passos sejam vencidos o quanto antes, possivelmente no exercício de 2020.

9 Imobilizado

Controladora

Custo	31/12/2019	Adição	31/03/2020
Imobilizado em andamento	-	22	22
Edificações	289	-	289
Máquinas e Equipamentos	1.782	-	1.782
Móveis e Utensílios	842	-	842
Equipamentos de informática	528	-	528
Equipamentos de comunicação	144	-	144
Benfeitorias em bens de terceiros	1.431	-	1.431
	5.016	22	5.038
Depreciação	Taxa		
Edificações	4%	(67)	(70)
Máquinas e Equipamentos	10%	(722)	(767)
Móveis e Utensílios	10%	(517)	(538)
Equipamentos de informática	20%	(509)	(514)
Equipamentos de comunicação	20%	(138)	(140)
Benfeitorias em bens de terceiros	22%	(1.431)	(1.431)
		(3.384)	(3.460)

		1.632	(54)	1.578
Custo		31/12/2018	Adição	31/03/2019
Edificações		289	-	289
Máquinas e Equipamentos		1.782	-	1.782
Móveis e Utensílios		842	-	842
Equipamentos de informática		526	-	526
Equipamentos de comunicação		144	-	144
Benfeitorias em bens de terceiros		1.431	-	1.431
		5.014	-	5.014
Depreciação	Taxa			
Edificações	4%	(56)	(3)	(59)
Máquinas e Equipamentos	10%	(545)	(44)	(589)
Móveis e Utensílios	10%	(433)	(21)	(454)
Equipamentos de informática	20%	(433)	(20)	(453)
Equipamentos de comunicação	20%	(125)	(3)	(128)
Benfeitorias em bens de terceiros	22%	(1.421)	(10)	(1.431)
		(3.013)	(101)	(3.114)
		2.001	(101)	1.900

Consolidados

Custo		31/12/2019	Adições	31/03/2020
Imobilização em andamento		-	22	22
Embarcação em construção		2.622	-	2.622
Obras de arte		97	-	97
Terrenos		30.480	-	30.480
Imóveis		1.645	-	1.645
Edificações		322	-	322
Máquinas e Equipamentos		4.759	5	4.764
Móveis e Utensílios		1.248	3	1.251
Equipamentos de informática		775	3	778
Equipamentos de comunicação		790	5	795
Embarcações		201.759	-	201.759
Veículos		426	-	426
Benfeitorias em bens de terceiros		1.431	-	1.431
		246.354	38	246.392
Depreciação	Taxa			
Edificações	4%	(100)	(3)	(103)
Máquinas e Equipamentos	10%	(3.029)	(68)	(3.097)
Móveis e Utensílios	10%	(691)	(33)	(724)
Equipamentos de informática	20%	(646)	(17)	(663)
Equipamentos de comunicação	20%	(313)	(19)	(332)
Embarcações	5%	(42.040)	(2.942)	(44.982)
Veículos	20%	(398)	(3)	(401)
Benfeitorias em bens de terceiros	22%	(1.431)	-	(1.431)
		(48.648)	(3.085)	(51.733)
		197.706	(3.047)	194.659

Custo		31/12/2018	Adições	Transferências/ baixas	Impostos a recuperar	31/03/2019
Embarcação em construção		1.138	-	-	-	1.138
Obras de arte		97	-	-	-	97
Terrenos		33.050	-	-	-	33.050
Imóveis		1.645	-	-	-	1.645
Edificações		2.315	-	-	-	2.315
Máquinas e Equipamentos		10.879	99	-	(23)	10.955
Móveis e Utensílios		1.259	5	-	-	1.264
Equipamentos de informática		707	3	-	-	710
Equipamentos de comunicação		706	27	-	-	733
Embarcações		203.240	50	(48)	-	203.242
Veículos		435	-	-	-	435
Benfeitorias em bens de terceiros		1.431	-	-	-	1.431
		256.902	184	(48)	(23)	257.015
Depreciação	Taxa					
Edificações	4%	(119)	(21)	-	-	(140)
Máquinas e Equipamentos	10%	(1.106)	(257)	-	-	(1.363)
Móveis e Utensílios	10%	(574)	(33)	-	-	(607)
Equipamentos de informática	20%	(543)	(30)	-	-	(573)
Equipamentos de comunicação	20%	(238)	(19)	-	-	(257)
Embarcações	5%	(28.007)	(2.556)	-	-	(30.563)
Veículos	20%	(116)	(10)	-	-	(126)
Benfeitorias em bens de terceiros	22%	(1.421)	(10)	-	-	(1.431)
		(32.124)	(2.936)	-	-	(35.060)
		224.778	(2.752)	(48)	(23)	221.955

10 Intangível

Este item, em linha com o IFRS 6 Exploration For and Evaluation of Mineral Rights, refere-se a gastos com exploração e avaliação do Projeto de minério de ferro Morro do Pilar.

Controladora

Custo	31/12/2019	Adições	31/03/2020
Gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e direitos de prospecção	259.295	773	260.068
Softwares	930	-	930
Gastos na fase de licenciamento	6.404	-	6.404
Intangível adquirido em combinação de negócios	472.791	-	472.791
	739.420	773	740.193
Amortização			
	Taxa		
Softwares	20%		
	(919)	(5)	(924)
	(919)	(5)	(924)
	738.501	768	739.269

Custo	31/12/2018	Adições	31/03/2019
Gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e direitos de prospecção	246.530	40.378	286.908
Softwares	930	-	930
Gastos na fase de licenciamento	6.404	-	6.404
Intangível adquirido em combinação de negócios	472.791	-	472.791
	726.655	40.378	767.033
Amortização			
	Taxa		
Softwares	20%		
	(849)	(24)	(873)
	(849)	(24)	(873)
	725.806	40.354	766.160

Consolidado

Custo	31/12/2019	Adições	31/03/2020
Gastos com exploração e avaliação de Recursos minerais e direitos de prospecção	259.295	773	260.068
Gastos na fase de licenciamento	6.404	-	6.404
Direitos minerários	-	-	-
Sistema de gestão (ERP)	1.180	29	1.209
Softwares	930	-	930
Intangível adquirido em combinação de negócios	472.791	-	472.791
Ágio na aquisição	65.768	-	65.768
	806.368	802	807.170
Amortização			
	Taxa		
Direitos minerários	20%		
	-	-	-
Sistema de gestão (ERP)	20%		
	(1.158)	(2)	(1.160)
Softwares	20%		
	(919)	(5)	(924)
	(2.077)	(7)	(2.084)
	804.291	795	805.086

Custo	31/12/2018	Adições	31/03/2019
Gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e direitos de prospecção	246.530	40.378	286.908
Gastos na fase de licenciamento	6.404	-	6.404
Direitos minerários	38.164	-	38.164
Sistema de gestão (ERP)	1.205	-	1.205
Softwares	930	-	930
Intangível adquirido em combinação de negócios	472.791	-	472.791
Ágio na aquisição	65.768	-	65.768
	831.792	40.378	872.170
Amortização	Taxa		
Sistema de gestão (ERP)	20%	(1.072)	(43)
Softwares	20%	(839)	(24)
		(1.911)	(67)
	829.881	40.311	870.192

11 Imposto de renda e contribuição social

Em 31/03/2020, o montante de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Companhia é da ordem de R\$ 403 (R\$ 398 em 31/12/2019), sobre o qual a Administração, tendo em vista a falta de expectativa de rentabilidade futura, não registra o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.

12 Transações com partes relacionadas

Mútuo entre pessoas físicas e jurídicas

Os saldos das operações com partes relacionadas na data dessas informações trimestrais estão relacionados abaixo.

Mutuante	Mutuário	31/03/2020	31/12/2019
Valores ativos na controladora			
MLog S.A.	Patrícia Tendrich Pires Coelho	256	250
MLog S.A.	Maverick Holding S.A.	56.601	53.529
Valores ativos no consolidado			
Asgaard Navegação S.A.	Maverick Holding S.A.	763	746
Asgaard Navegação S.A.	Patrícia Tendrich Pires Coelho	100	97
		57.720	54.622
Valores Eliminados na consolidação			
Asgaard Navegação S.A.	MLog S.A.	32.775	29.345
Asgaard Navegação S.A.	Companhia de Navegação da Amazônia	8.182	-
Companhia de Navegação da Amazônia	Asgaard Navegação S.A.	-	126
Companhia de Navegação da Amazônia	MLog S.A.	25.434	22.101

O mútuo entre a MLog e Patrícia Tendrich Pires Coelho (detentora de participação indireta na Companhia) no valor de R\$ 256 é corrigido à taxa de CDI mais 5% ao ano.

O mútuo entre a Asgaard e Maverick Holding S.A. (acionista da MLog) no valor de R\$ 763, é corrigido à taxa de CDI mais 5% ao ano.

O mútuo entre a Asgaard e Patrícia Tendrich Pires Coelho (detentora de participação indireta na Companhia) no valor de R\$ 100, é corrigido à taxa de CDI mais 5% ao ano.

Adicionalmente aos itens acima, porém não envolvendo mútuos, a Administração destaca os seguintes eventos de partes relacionadas:

A controladora da Companhia, Maverick Holding, é avalista da totalidade da dívida referente à aquisição da CNA acima mencionada. A existência deste aval foi fundamental para a conclusão da operação e a Maverick Holding optou por não cobrar à Companhia por esta garantia.

Conforme explicado na Nota Explicativa nº1, Maverick Holding, assumiu a obrigação de pagamento de R\$ 56.601 à MLog pela revenda da Marsil à Boicauva em função do Instrumento Particular de Rescisão.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia considera todos os atuais diretores e membros do conselho como pessoal chave da Administração. Nos três meses de 2020, a remuneração desses diretores e membros do conselho foi, respectivamente, de R\$ 1.373 e R\$ 255 (R\$ 1.441 e R\$ 392 em 2019). A remuneração global da Administração, para o período de 1/5/2019 a 30/4/2020, em até R\$13.650, foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2019.

Pagamento baseado em ações (*stock options*)

Os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de julho de 2011, a adoção de um plano de remuneração de diretores, conselheiros e funcionários por meio de opção de compra de ações (*stock option plan*). As opções do plano de emissão pela Companhia são do tipo primário, logo, envolvem emissão de novas ações.

Em 31 de março de 2020, o total de opções outorgadas era de 730 (setecentas e trinta) realizado por meio de contrato individual entre a Companhia e cada beneficiário. Como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, o beneficiário deve concluir três anos de serviço (período de aquisição de direito).

As opções na proporção de um terço do total das ações disponíveis para o plano, são exercíveis em três parcelas anuais, sendo a primeira depois de decorridos 12 meses da data da outorga e as duas seguintes, nas mesmas condições, observados os períodos de 24 e 36 meses também contados da data da outorga. Os participantes têm o prazo máximo de sessenta meses, a partir da data da maturação, para exercer as opções.

O preço de exercício das opções outorgadas até 20 de agosto de 2012 é de R\$1.576,00 (mil e quinhentos e setenta e seis reais) por ação nominal e a partir desta data R\$2.547,25 (dois mil quinhentos e quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos) que devem permanecer os mesmos até a data efetiva do exercício das opções, passível de correções no caso de agrupamentos ou desdobramento da ação.

A remuneração com base em opções para compra de ações foi mensurada e reconhecida ao valor justo, sendo utilizado o modelo de Merton (1973), uma extensão do modelo Black & Scholes.

O quadro abaixo demonstra o resultado do cálculo do valor justo das opções atualizado para a data dessas informações trimestrais:

Plano	Data de outorga	Data de maturação inicial	Data de vencimento	Quantidade de ações	Preço de exercício	Volatilidade anual	Taxa livre de risco	Fator de diluição	Valor justo das ações (R\$ 000)
2012.5	20/08/2012	20/08/2015	20/08/2020	180	1.576,00	38,05%	9,97%	97,19%	173
2013.1	02/05/2013	02/05/2015	02/05/2020	400	2.547,25	38,98%	9,24%	97,78%	577
2013.4	01/10/2013	01/10/2015	01/10/2020	150	2.547,25	38,81%	11,79%	97,46%	232
Total em 31/03/2020				730					982

Os efeitos monetários da remuneração com base em opções para compra de ações no patrimônio líquido e no resultado são os seguintes:

Programas	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
5º	-	46	88	17	22	-	173
6º	-	33	19		(52)	-	-
7º	-	-	397	421	(147)	(94)	577
8º	-	-	312	185	(497)	-	-
9º	-	-	233	148	(381)	-	-
10º	-	-	284	123	(183)	8	232
	-	79	1.333	894	(1.238)	(86)	982
Opções expiradas ¹	939	7.220	7.565	7.843	759		
Registrado no resultado	939	7.299	8.898	8.737	(479)	(86)	
Total acumulado no patrimônio líquido	939	8.238	17.136	25.873	25.394	25.308	

(1) De acordo com as normas contábeis, as opções vencidas em decorrência de falha no exercício dos direitos, anteriormente registradas no resultado, não estão sujeitas a reversão.

No caso de beneficiário pedir renúncia do seu posto, as opções que ainda não sejam passíveis de exercício caducam sem qualquer indenização ou compensação e as opções já passíveis de exercício poderão ser exercidas em até noventa dias. Até a data dessas informações trimestrais, 24.170 (vinte e quatro mil, cento e setenta) ações expiraram pelo não exercício da opção, correspondentes a R\$24.326, montante precificado no momento da outorga das ações e reconhecido no resultado e no patrimônio líquido ao longo do período de aquisição do direito.

Desde o início de adoção do plano até a data dessas informações anuais não foram exercidas opções de ações.

Na hipótese do contrato de trabalho do beneficiário ser rescindido por justa causa, todos os direitos caducam automaticamente, independentemente de aviso ou indenização.

No caso do beneficiário ser demitido mediante destituição de seu cargo sem violação de deveres ou privilégios, os direitos específicos que possam ser exercidos em conformidade com a respectiva opção na data de sua emissão poderão ser exercidos dentro do período remanescente de exercício que estiver disponível para tal beneficiário. Já os direitos ainda não passíveis de exercício, caducam sem qualquer indenização ou compensação.

Não foram exercidas opções de ações nos 3 primeiros meses de 2020.

13 Fornecedores

O saldo consolidado de R\$5.291 em 31/03/2020 (R\$6.952 em 31/12/2019) refere-se majoritariamente ao acordo celebrado com o Citigroup. Neste acordo, a Companhia irá pagar o valor total de R\$ 7.000 em vinte parcelas mensais e consecutivas, restando oito parcelas a vencer.

14 Obrigações na aquisição de investimentos

Esta conta é referente a obrigações de pagamento assumidas em função da aquisição da totalidade das ações da CNA.

O Grupo Libra, credor destas obrigações na aquisição de investimentos e também responsável por potenciais passivos da CNA, conforme Notas Explicativas 15 e 17, abaixo, encontra-se em recuperação judicial. O crédito do Grupo Libra junto à MLog era parte de seu Plano de Recuperação Judicial aprovado.

Em 26 de dezembro de 2019, conforme Plano de Recuperação Judicial aprovado, o Grupo Libra efetuou dação em pagamento aos seus credores originais destas obrigações na aquisição de investimentos devidas pela MLog. O Instrumento de Dação em Pagamento do Grupo Libra aos seus credores continha cláusula suspensiva que vinculava a efetivação desta dação à aprovação da MLog, ocorrida em janeiro de 2020.

Com esta aprovação, os credores originários do Grupo Libra passaram a ser credores destas obrigações. Os bancos Bradesco (29,3%), Santander (26,3%) e Itaú (36,5%) perfazem aproximadamente 92% do total dos créditos, com o restante sendo distribuído entre diversos outros credores originários do Grupo Libra.

Desde abril de 2019, a Companhia deixou de realizar os pagamentos destas obrigações. A Administração vem realizando contato com seus novos credores visando a solução deste caso, seja com o reestabelecimento do pagamento destas obrigações, sua renegociação ou até mesmo a venda destes créditos pelos atuais credores.

O sucesso na solução desta questão é relevante para determinação do futuro da Companhia, já que as obrigações vencidas e a vencer em 2020 deste contrato perfazem a maior parte do passivo circulante da MLog.

Na aquisição da CNA, o Grupo Libra assumiu contratualmente perante a Companhia a responsabilidade pelo pagamento de passivos de natureza diversas existentes na CNA até a data de sua aquisição, no valor de R\$5.038 (R\$11.215 em 31/12/2019).

O quadro abaixo apresenta a movimentação da dívida na data dessas informações trimestrais:

Composição do preço de aquisição	Saldo em 31/12/2019	Juros e Multas	Reversões Líquidas dos Ajustes a Valor Presente	Saldo em 31/03/2020	Prazo para pagamento	
					Circulante	Não circulante
Parcela inicial	47.726	909	-	48.635	46.360	2.275
Parcela adicional	38.392	833	-	39.225	28.020	11.205
Parcela "earn out"	22.037	556	24	22.617	9.714	12.903
	108.155	2.298	24	110.477	84.094	26.383

Segue para fins comparativos a movimentação do 1 trimestre de 2019.

Composição do preço de aquisição (Nota 1)	Saldo em 31/12/2018	Juros	Reversões dos ajustes a valor presente	Liquidações	Saldo em 31/03/2019	Prazo para pagamento	
						Circulante	Não circulante
Parcela inicial	41.547	931	-	-	42.478	21.105	21.373
Parcela adicional	35.301	699	1.402	(652)	36.750	14.302	22.448
Parcela "earn out"	16.176	-	472	-	16.648	-	16.648
	93.024	1.630	1.874	(652)	95.876	35.407	60.469

15 Processos judiciais

Em 31/03/2020, a Companhia juntamente com suas controladas Asgaard e CNA, são partes em ações judiciais. Os processos judiciais categorizados com chances prováveis de perda, estão registrados no balanço e basicamente referem-se, como mencionado na Nota Explicativa nº 17, às ações cíveis e trabalhistas devidas pela controlada CNA.

A Administração destaca abaixo os principais processos judiciais envolvendo a Companhia e suas subsidiárias, cujas chances de perda são classificadas como possíveis pelos escritórios de advocacia envolvidos e desta forma não foram registrados em suas demonstrações financeiras.

No. Processo	Tipo	Autor	Natureza	Valor da Causa	Chances de Perda
0071643-11.2014.4.01.3800 e	Ação Cautelar Inominada	Ministério Público Federal	Ambiental	5.000	Possível
0078416-72.2014.4.01.3800	Ação Civil Pública	Ministério Público Federal	Ambiental	5.000	Possível
10283.721485/2012-45	Processo Administrativo	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus - AM/DRF/AM	Administrativa	1.661	Possível
10283.720968/2013-11	Processo Administrativo	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus - AM/DRF/AM	Administrativa	7.861	Possível

No. Processo	Tipo	Autor	Natureza	Valor da Causa	Chances de Perda
0011394-80.2016.4.01.3200	Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa	Ministério Público Federal	Administrativa	1.000	Possível
0011345-39.2016.4.01.3200	Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa	Ministério Público Federal	Administrativa	400	Possível
5026833-94.2019.8.13.0024	Execução de Título Extrajudicial	Boa Sorte	Cível	11.308	Possível
02044.010011/2016-92	Processo Administrativo	ICMBIO	Administrativa	400	Possível
0032202-20.2008.8.14.0301	Ação Indenizatória	OCLEIB	Cível	1.000	Possível

16 Compromissos assumidos

Em decorrência da Licença Prévia ao Projeto Morro do Pilar concedida pela Superintendência Regional de Regularização Ambiental - SUPRAM em 6/11/2014, deveriam ser satisfeitas uma série de condicionantes e outras obrigações legais até novembro de 2019, para a formalização do pedido de concessão da Licença de Instalação - LI.

Estas condicionantes e estudos necessários para o Protocolo da LI foram concluídas em 2019 e a Companhia formalizou o pedido de LI junto aos órgãos governamentais.

Após o referido protocolo e antes da efetiva concessão da Licença de Instalação - LI, a Companhia incorrerá em gastos e investimentos adicionais como compra de terras, compensações ambientais e outros, cujos valores finais dependerão de negociações entre Companhia e terceiros.

Quanto à compensação de que trata o artigo 36 da Lei nº 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC), o montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade está limitado a 0,5% (meio por cento) dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento. Dessa forma, o valor final a ser pago vincula-se ao total de investimentos na implantação da mina, a depender do arranjo de projeto pretendido pela empresa no tocante à produção bruta anual estimada. Definida a compensação, o valor deverá ser pago em até 4 parcelas mensais, sendo a primeira até 30 dias após a concessão da Licença de Implantação - LI, conforme Decreto Estadual nº 45.175/2009. Com base na documentação legal relacionada a este tema, a Companhia estima o valor desta compensação em até R\$20.000.

Em 07/02/2019, a Companhia celebrou um Termo de Acordo com o Município de Morro do Pilar, o qual tem como objeto, a execução por ambas as partes, de obrigações fixadas no referido Termo de Acordo, com o intuito de preparar o município para a implantação do empreendimento da Companhia. O valor total envolvido é de R\$ 47.500, com desembolsos de R\$14.196 (R\$11.826 em 31/12/2019) já efetuados. A parcela remanescente é de R\$33.304 (R\$ 35.674 em 31/12/2019) dos quais R\$1.727 (R\$ 4.097 em 31/12/2019) contabilizados em outras contas a pagar e R\$ 31.577 (R\$31.577 em 31/12/2019) que será contabilizado somente após a concessão da Licença de Instalação (LI).

Em 08/08/2019, a Companhia celebrou um Termo de Acordo com o Município de Santo Antônio do Rio Abaixo (SARA), o qual tem como objeto, a execução por ambas as partes, de obrigações fixadas no referido Termo de Acordo, com o intuito de preparar o município para a implantação do empreendimento da Companhia. O valor total envolvido é de R\$10.200, com desembolsos de R\$ 678 (R\$429 em 31/12/2019), já efetuados. A parcela remanescente de R\$9.522 (R\$ 9.771 em 31/12/2019) teve, R\$787 (R\$1.036 em 31/12/2019) contabilizados em outras contas a pagar e R\$ 8.735 (R\$8.735 em 31/12/19) que será contabilizado somente após a concessão da Licença de Instalação (LI).

A composição de outras contas a pagar é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Termo de Cooperação	2.514	5.133	2.514	5.133
Prêmios de seguro a pagar	-	-	115	541
Outros	1.043	628	2.614	2.842
	3.557	5.761	5.243	8.516

17 Provisões (consolidado)

Os valores provisionados de curto prazo referem-se a: (i) segunda parcela de acordos de servidão de passagem de mineroduto, no valor de R\$1.642 (R\$1.642 em 31/12/2019), devido quando da regularização cartorial pelos proprietários dos imóveis servientes e (ii) recuperação de praças e acessos de sondagem geológica na região do Projeto Morro do Pilar no valor de R\$30 (R\$30 em 31/12/2019) e provisões para contingencias trabalhistas de R\$3.287 (R\$1.961 em 31/12/2019).

O valor de longo prazo refere-se a:

- (i) R\$6.753 (R\$5.999 e, 31/12/2019) devido pela Companhia, em decorrência de processo judicial categorizado como possível, relativo a Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada pelo BNP Paribas Brasil S.A. (“BNP”) em face da Companhia no valor de R\$ 4.703, lastreada em instrumento particular de confissão de dívida e outras avenças, onde a Companhia reconhece e confessa dever a quantia de R\$7.249, referente aos serviços de assessoria financeira prestados pelo BNP, além de R\$79 relacionados com as despesas incorridas pelo BNP. A Companhia pagou em 2015, em conformidade com o acordo celebrado com o BNP, o valor de R\$3.624, restando o valor de R\$4.703 (atualizado até a data de ajuizamento da ação). A Companhia indicou bem à penhora e opôs Embargos à Execução. Em 14/02/2017 o juízo rejeitou parcialmente os pedidos formulados nos Embargos à Execução. Em face dessa sentença, a Companhia opôs Embargos de Declaração, os quais não foram acolhidos. Em 23/06/2017, a Companhia protocolou Recurso de Apelação. Esta provisão é realizada pelo fato de ser uma obrigação legal contratual (conforme CPC 25).
- (ii) R\$4.819 (R\$10.946 em 31/12/2019) devido pela subsidiária Companhia de Navegação da Amazônia em decorrência de ações cíveis e trabalhistas, categorizadas como prováveis.

- (iii) A subsidiária Asgaard Navegação é ré na Ação de Rescisão Contratual cumulada com Ação de Cobrança ajuizada pelo BNP Paribas Brasil S.A. visando o recebimento de valores supostamente devidos em razão do Contrato de Prestação de Serviços, no montante original de R\$1.849, acrescidos de correção monetária e juros legais. Como o prognóstico de perda da ação foi alterado de possível para provável, foi provisionado o valor de R\$5.938 (R\$4.841 em 31/12/2019), o qual foi registrado no passivo não circulante em contrapartida ao resultado do exercício, na rubrica de outras despesas operacionais

18 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31/03/2020, o capital social subscrito da Companhia é representado por 2.899.712 ações ordinárias conforme abaixo detalhado:

Acionistas	31/03/2020		31/03/2019	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Maverick Holding S.A.	1.539.186	53,08	1.539.186	53,08
Fjords Limited	536.737	18,51	86.991	3,00
Rio Sul Investments LLC	-	-	449.746	15,51
Korea Investment Corporation	244.909	8,45	244.909	8,45
Fábrica Holding S.A.	154.072	5,31	154.072	5,31
Outros	424.808	14,65	424.808	14,65
	2.899.712	100,00	2.899.712	100,00

Em 07/12/2018, foi comunicado ao mercado que a EIG e Rio Sul Investments LLC (“Rio Sul”), cuja totalidade das ações é detida por Luiz Claudio de Souza Alves, administrador e co-controlador indireto da MLog, celebraram contrato definitivo de compra e venda de 449.746 ações ordinárias da Companhia, representativas de 15,51% de seu capital social.

Em outubro de 2019, foi formalizada a transferência das ações, nos termos da regulamentação aplicável, e a Rio Sul passou a ser acionista da Companhia e o EIG deixou de ter qualquer ação da Companhia.

Em 17/12/2019 foi emitido comunicado ao mercado informando que:

(i) Fjords Limited recebeu 449.746 ações representativas de 15,51% do capital social da MLog, até então de propriedade da Rio Sul Investments LLC;

(ii) Rio Sul Investments LLC recebeu de Fjords opção de compra futura de 268.368 ações ordinárias da MLog, representativas de 9,25% do capital social da Companhia.

Com esta operação, as seguintes participações acionárias relevantes foram alteradas:

- Rio Sul Investments LLC, anteriormente detentora direta e indireta de 29,52% das ações da MLog, passou a deter indiretamente o equivalente a 14,01% das ações da MLog;

- Luiz Claudio de Souza Alves, anteriormente detentor indireto de 45,59% das ações da MLog, passou a deter indiretamente o equivalente a 30,08% das ações da MLog;
- Rio Sul Investments LLC passou a deter opção de compra futura do equivalente a 9,25% das ações da MLog; e
- Fjords Limited, anteriormente detentora de 3,00% das ações da MLog, passou a deter diretamente o equivalente a 18,51% das ações da MLog.

Em janeiro de 2020, foi formalizada a transferência das ações, nos termos da regulamentação aplicável.

As operações acima descritas não objetivaram nem alteraram a composição do controle ou a estrutura administrativa da Companhia.

Nos termos da reforma do Estatuto Social, aprovada na AGE de 26 de agosto de 2015, o capital social da Companhia poderá ser aumentado por deliberação adotada pelo Conselho de Administração, independentemente de alteração do Estatuto Social, até que alcance 6.000.000 (seis milhões) de ações ordinárias. O Conselho de Administração poderá estipular a quantidade de ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de subscrição, integralização e emissão.

Em 26/04/2018, a acionista Maverick Holding S.A., integralizou parcela subscrita e não integralizada do capital social da Companhia, cujo prazo havia vencido em 09/12/2017, por um valor total de R\$ 49.843 incluindo os acréscimos moratórios. Deste valor total, R\$ 42.632 referem-se à parcela integralizada do capital e R\$ 7.211, relativos aos acréscimos moratórios, foram registrados em conta de reserva de capital, em consonância com o disposto no Art. 182, § 1º, a), da Lei 6.404/1976.

Prejuízo por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do prejuízo básico e diluído por ação nos períodos:

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Resultado atribuído aos detentores das ações	(6.448)	(8.067)
Ações em circulação	<u>2.899.712</u>	<u>2.899.712</u>
Resultado por ação - básico e diluído - em reais (*)	<u><u>(2,22)</u></u>	<u><u>(2,78)</u></u>

(*) O prejuízo do período não gera efeito diluidor para os detentores das opções de compra de ações e de bônus de subscrição.

19 Receita líquida e custo dos serviços prestados

As receitas e os correspondentes custos realizados pela subsidiária Asgaard referentes a embarcação Asgaard Sophia, pela subsidiária CNA e no período de abril de 2018 à junho de 2019, também pela Marsil são demonstradas abaixo:

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Receitas		
Afretamento de embarcações	5.850	6.113
Transporte de cargas	12.914	10.460
Venda de produtos	-	3.598
	<u>18.764</u>	<u>20.171</u>
Receita Bruta		
Deduções		
PIS e COFINS	(1.356)	(1.236)
ISS	(87)	-
ICMS	(1.011)	(897)
Outros	(397)	(475)
	<u>15.913</u>	<u>17.563</u>
Receita líquida		
Custo dos serviços prestados		
Pessoal	(5.803)	(6.396)
Depreciação	(2.990)	(2.823)
Locações	(53)	(658)
Materiais	(4.693)	(3.883)
Seguros	(674)	(453)
Serviços	(1.326)	(3.275)
Outros	(650)	(533)
	<u>(16.189)</u>	<u>(18.021)</u>
Resultado bruto	<u>(276)</u>	<u>(458)</u>

No primeiro trimestre de 2020 houve incremento na receita com transporte de carga, devido ao aumento no volume transportado para um dos principais clientes da CNA.

A Companhia auferiu receita com venda de produtos somente nos primeiros seis meses de 2019, pelo fato da então controlada Marsil, fazer parte dos saldos consolidados. A partir do segundo semestre de 2019, a Marsil deixou de fazer parte do grupo.

A rubrica Serviços, que compõem o custo dos serviços prestados tem na composição do saldo do primeiro trimestre de 2019, R\$ 1.925 relativos a Marsil, a qual não faz mais parte do grupo e consequentemente do consolidado em 2020.

20 Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	-	3	-
Atualização de impostos a recuperar	5	22	50	47
Juros sobre empréstimo	3.078	17	3.101	28
	3.083	39	3.155	75

A rubrica juros sobre empréstimo refere-se basicamente a atualização da dívida da controladora Maverick Holding com a MLog, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.

21 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Juros sobre empréstimo bancário	-	-	(327)	-
Juros na aquisição de investimento	(2.322)	(3.504)	(2.322)	(3.504)
Variação cambial	-	-	(85)	(6)
Encargos bancários	(7)	(6)	(59)	(369)
Multas e juros de mora	(990)	(387)	(1.250)	(318)
Outros	(112)	(176)	(167)	(230)
	(3.431)	(4.073)	(4.210)	(4.427)

22 Instrumentos financeiros

Classificação por categoria

Em 31/03/2020, a Companhia e suas controladas não tinham ativos financeiros classificados na categoria de Mensuração ao valor justo por meio do resultado.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores juros são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preço cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preço) ou indiretamente (derivado de preço).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os principais instrumentos financeiros da companhia em 30 de setembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 estão relacionados abaixo:

Ativos e passivos financeiros	31/03/2020		31/12/2019		Hierarquia
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo	
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	15.755	15.755	1.581	1.581	Nível 1
Depósitos de AFRMM em conta vinculada	19.619	19.619	69.278	69.278	Nível 2
Contas a receber de clientes	4.878	4.878	6.515	6.515	Nível 2
Mútuos com partes relacionadas	57.720	57.720	53.529	53.529	Nível 2
Direitos na transação negocial	5.038	5.038	11.215	11.215	Nível 2
Outros créditos	2.422	2.422	1.657	1.657	Nível 2
Passivos					
Fornecedores	5.291	5.291	6.552	6.552	Nível 2
Empréstimos bancários	10.465	10.465	12.943	12.943	Nível 2
Obrigações com coligadas	38.551	38.551	-	-	Nível 2
Obrigações na aquisição de investimentos	110.477	110.477	108.155	108.155	Nível 3

Na avaliação dos instrumentos financeiros, a Companhia não identificou diferença significativa entre o valor mensurado e o valor justo dos seus ativos e passivos financeiros.

Análise de Sensibilidade

No que tange à análise de sensibilidade, a Instrução Normativa CVM 475/2008 obriga as entidades a apresentarem de forma prospectiva as perdas que a entidade poderá sofrer advindas de suas operações considerando três cenários:

1º cenário: perdas esperadas no caso de cenário considerado como provável;

2º cenário: a entidade deve supor uma variação adversa de 25% em torno do valor estimado no cenário 1; e

3º cenário: situação que haveria movimento adverso de 50% em relação ao cenário original.

O cenário base foi obtido através de premissas disponíveis no mercado e considera como premissa o CDI 2,79% a.a (BM&F).

Risco de taxa de juros	Risco	31.03.2020	cenario	cenario I	cenario II
Obrigações na aquisição de investimentos		110.477	3.368	4.214	5.061
	CDI	3,65%	2,79%	3,49%	4,19%

Gestão de riscos

As operações financeiras da Companhia e suas controladas são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, em linha com a Política de tesouraria e administração de caixa da Companhia. A Política estabelece critérios de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais e as de taxa de juros.

Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia e suas controladas são:

Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações são realizadas com instituições de reconhecida liquidez e em linha com a Política de tesouraria e administração de caixa da Companhia.

Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas às suas obrigações. O risco inerente surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes no CDI.

Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia e suas controladas procuram alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

O quadro abaixo detalha o prazo de vencimento dos principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas na data dessas demonstrações financeiras:

	Consolidado			Total
	Até um ano	De um a três anos	Mais de três anos	
Empréstimos bancários	7.590	2.875	-	10.465
Fornecedores	5.291	-	-	5.291
Obrigações com coligadas	33.165	5.386	-	38.551
Obrigações na aquisição de investimentos	84.094	22.858	3.525	110.477
	130.140	31.119	3.525	164.784

Empréstimos bancários

				Consolidado	
				31/03/2020	31/12/2019
CIRCULANTE					
Empresa	Instituição financeira	Tipo	Taxa de juros		
CNA	BASA	Capital de giro	Pos-Faxada	902	1.463
CNA	Banco Itaú	Capital de giro	Pre-Fixada	2.584	2.060
Asgaard	Banco Itaú	Capital de giro	Pre-Fixada	457	456
Asgaard	Banco Itaú	Conta garantida	Pre-Fixada	-	910
CNA	Banco do Brasil	Capital de giro	Pos-Fixada	3.647	4.320
				7.590	9.209
NÃO CIRCULANTE					
Empresa	Instituição financeira	Tipo	Taxa de juros nominal (a.a.)		
CNA	BASA	Capital de giro	Pos-Fixada	1.501	1.350
CNA	Banco Itaú	Capital de giro	Pre-Fixada	590	1.180
Asgaard	Banco Itaú	Capital de giro	Pre-Fixada	76	191
CNA	Banco do Brasil	Capital de giro	Pos-Fixada	708	1.013
				2.875	3.734
				10.465	12.943

Empréstimos em reais, com remuneração à taxas anuais pré-fixadas que variam entre 16,77% e 19,50% . Os empréstimos com taxas pós-fixadas tem sua remuneração atrelada ao CDI ou TFC (Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais) mais spread e possuem taxas anuais variando entre 4,30% e 6,9%.

23 Seguros

A Companhia e suas subsidiárias possuem diversas apólices de seguro com objetivo de proteger sua operação e seus ativos.

Nas atividades de navegação, as subsidiárias Asgaard e CNA contratam seguros de suas embarcações (seguros de casco), além de coberturas de proteção e indenização (P&I).

As principais coberturas são:

Seguro de Casco:

- CNA : Cobertura total de R\$ 101 milhões
- Asgaard: Cobertura total de US\$ 32,6 milhões

Seguro de Proteção e Indenização (P&I):

- CNA : Cobertura limitada a US\$ 8,2 bilhões por evento e ocorrência
- Asgaard: Limite Máximo de Indenização. Limite do Grupo Internacional de P&I – superior a USD 8 bilhões.

Na atividade de mineração, a subsidiária Marsil contratou em 03/12/2018, seguro empresarial - RNO - Riscos Nomeados com Limite Máximo de Garantia: R\$ 53 milhões.

Foi renovado, em 04/07/2019, o seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O), da controladora e suas subsidiárias, no valor segurado de até R\$ 50 milhões.

24 Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal em 31/03/2020 eram as seguintes:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Remuneração e encargos	(1.127)	(1.067)	(2.922)	(3.153)
Encargos previdenciários	(218)	(223)	(1.056)	(872)
Benefícios	(106)	(113)	(543)	(549)
Outros	-	(2)	-	(25)
	<u>(1.451)</u>	<u>(1.405)</u>	<u>(4.521)</u>	<u>(4.599)</u>

25 Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Provisão para contingências	(1.327)	(88)	(2.424)	(88)
Reembolsos de reparos	-	-	848	-
Receita de indenização de sinistro	-	-	-	1.014
Outros	-	-	11	227
	<u>(1.327)</u>	<u>(88)</u>	<u>(1.565)</u>	<u>1.153</u>

26 Informações por Segmento de Negócios

As informações por segmento devem ser preparadas de acordo com o CPC 22 (Informações por Segmento), equivalente ao IFRS 8, e devem ser apresentadas em relação aos negócios da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e em informações gerenciais internas.

A Mlog utiliza segmentos, conforme descrito abaixo, que correspondem às suas unidades de negócio estratégicas, as quais oferecem diferentes serviços e produtos e são administradas separadamente. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis.

- **Mineração**

Abrange as atividades de mineração de minério de ferro em Minas Gerais consolidando todas as operações relacionadas aos estudos e pesquisas dos trabalhos necessários para protocolo da Licença de Instalação (“LI”) do Projeto Morro do Pilar (“Projeto MOPI”), bem como a implantação do Projeto MOPI. No ano de 2018 o grupo adquiriu uma nova empresa Marsil que já produz e comercializa minério de ferro de alta qualidade. Essa empresa foi vendida em 16/07/2019.

As subsidiárias Dutovias do Brasil S.A, Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba também tem escopo relacionado ao segmento de logística, ligado à mineração, embora estejam ambas em estágio pré-operacional.

- **Navegação**

O segmento de navegação, consolida as operações da Asgaard e da CNA. A Asgaard opera no setor de apoio marítimo desde março de 2016, prestando serviço com embarcação OSRV Asgaard Sophia à Petrobras. A CNA transporta óleo e derivativos na região Norte do Brasil, operando seus ativos em níveis próximos ao limite dadas as condições regionais atuais, tanto climáticas quanto de infra-estrutura de armazenagem.

Demonstração do resultado - Segmentos
em 31 de março de 2020
Em milhares de reais

	<u>Mineração</u>	<u>Navegação</u>	<u>Consolidado</u>
Receita líquida de prestação de serviços	-	15.913	15.913
Custos dos serviços prestados	-	(16.189)	(16.189)
Resultado bruto	-	(276)	(276)
Despesas operacionais			
Com pessoal	(2.336)	(2.185)	(4.521)
Serviços prestados	(581)	(175)	(756)
Gerais e administrativas	(173)	(692)	(865)
Depreciação e amortização	(81)	(21)	(102)
Tributárias	(503)	(127)	(630)
Outras receitas (despesas) operacionais			
Subvenção de AFRMM	-	3.473	3.473
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.327)	(238)	(1.565)
	(5.001)	35	(4.966)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(5.001)	(241)	(5.242)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	3.083	72	3.155
Despesas financeiras	(1.111)	(3.099)	(4.210)
	1.972	(3.027)	(1.055)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.029)	(3.268)	(6.297)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	-	(234)	(234)
Diferidos	-	83	83
Prejuízo do período	(3.029)	(3.419)	(6.448)

Ativos e passivos
Informações por segmento em 31/03/2020
Em milhares de reais

	<u>Mineração</u>	<u>Navegação</u>	<u>Consolidado</u>
Ativos			
AFRMM	-	32.805	32.805
Direitos na transação negocial	-	5.038	5.038
Partes relacionadas	56.857	863	57.720
Investimentos	-	62.361	62.361
Imobilizado	31.239	163.420	194.659
Intangível	739.269	65.817	805.086
Outros	932	35.089	36.021
	<u>828.297</u>	<u>365.393</u>	<u>1.193.690</u>
Passivos			
Fornecedores	150	5.141	5.291
Empréstimos bancários	-	10.465	10.465
Obrigações com coligadas	-	38.551	38.551
Provisões	11.712	10.757	22.469
Obrigações na aquisição de investimentos	-	110.477	110.477
AFRMM	-	208.761	208.761
Outros	4.496	15.118	19.614
	<u>16.358</u>	<u>399.270</u>	<u>415.628</u>

Demonstração do resultado - Segmentos
Em 31 de março de 2019
Em milhares de reais

	<u>Mineração</u>	<u>Navegação</u>	<u>Consolidado</u>
Receita líquida de prestação de serviços	3.405	14.158	17.563
Custos dos serviços prestados	(3.772)	(14.249)	(18.021)
Resultado bruto	<u>(367)</u>	<u>(91)</u>	<u>(458)</u>
Despesas operacionais			
Com pessoal	(3.035)	(1.564)	(4.599)
Serviços prestados	(505)	(186)	(691)
Gerais e administrativas	(527)	(600)	(1.127)
Depreciação e amortização	(125)	(55)	(180)
Tributárias	(38)	(80)	(118)
Outras receitas (despesas) operacionais			
Subvenção de AFRMM	-	2.303	2.303
Outras receitas (despesas) operacionais	(73)	1.226	1.153
	<u>(4.303)</u>	<u>1.044</u>	<u>(3.259)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro	<u>(4.670)</u>	<u>953</u>	<u>(3.717)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	30	164	75
Despesas financeiras	(584)	(3.962)	(4.427)
	<u>(554)</u>	<u>(3.798)</u>	<u>(4.352)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(5.224)</u>	<u>(2.845)</u>	<u>(8.069)</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	-	(84)	(84)
Diferidos	-	86	86
Prejuízo do período	<u>(5.224)</u>	<u>(2.843)</u>	<u>(8.067)</u>

Ativos e passivos
Informações por segmento em 31/12/2019
Em milhares de reais

	Mineração	Navegação	Consolidado
Ativos			
AFRMM	-	78.404	78.404
Direitos na transação negocial	-	11.215	11.215
Mtuos com partes relacionadas	53.779	843	54.622
Imobilizado	31.293	166.413	197.706
Intangível	738.501	65.790	804.291
Outros	2.110	21.970	24.080
	825.683	344.635	1.170.318
Passivos			
Fornecedores	289	6.663	6.952
Empréstimos bancários	-	12.943	12.943
Provisões	9.632	15.787	25.419
Obrigações na aquisição de investimentos	-	108.155	108.155
AFRMM	-	208.789	208.789
Outros	8.443	15.107	23.550
	18.364	367.444	385.808

* * *

Elias David Nigri

Diretor Presidente

Julia Souza de Paiva

Diretora Administrativa e Financeira

Gustavo Barbeito

Diretor de Relações com Investidores

Luiz Felipe Perdigão

Controller

José Eduardo Pereira Gonçalves

Contador – CRC RJ 063543/O-2